



**Ata da 28.ª Reunião de Câmara | Extraordinária**  
**23 de outubro de 2023, 16:00h**  
**Maia, Paços do Concelho**

Ao décimo terceiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e três, pelas dezasseis horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a vigésima oitava reunião de Câmara, extraordinária.

Secretariou a reunião a Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
3. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
4. Vereador, Paulo Fernando de Sousa Ramalho
5. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
6. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
7. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
8. Vereador, António José Ferreira Peixoto

Estiveram ausentes, por motivos devidamente justificados: a Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos (Coligação Maia em Primeiro); a Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras (Partido Socialista).

Estiveram presentes em regime de substituição: a Senhora Vereadora, Susana Maria Pereira Junqueira Pacheco Neto (Coligação Maia em Primeiro), e a Senhora Vereadora, Maria João Neno Escobar (Partido Socialista).



Esteve ainda ausente o Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho (Partido Socialista).

Esteve ainda presente, para apoio técnico à reunião: Alexandra Carvalho, Diretora do Departamento de Finanças e Património e Marisa Neves, Chefe da Unidade de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

Esteve ainda presente o Revisor Oficial de Contas do Município, Senhor Luís Esteves.

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

#### **1. Relatório e contas semestrais de dois mil e vinte e três – Câmara Municipal da Maia**

A Senhora Diretora do Departamento de Finanças e de Património, Alexandra Carvalho, fez a apresentação técnica do documento.

O Senhor Vereador Paulo Sérgio Fernandes da Rocha em relação ao mapa dos passivos contingentes, falou sobre um processo antigo, de dois mil e cinco, em que a Câmara Municipal tinha sido condenada ao pagamento pelo Supremo, de uma indemnização que não era possível quantificar. Mais referiu que o valor da ação era de quinze mil euros, mas a sua dúvida era o porquê de não ser possível quantificar dado que a Câmara já tinha sido condenada. Mais questionou se a sentença não quantificava o valor.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, esclareceu que era relativo a um processo de contencioso aberto por uma família que também tinha uma ação paralela devido à nova variante à EN14, julgando que a família estava à espera da resolução desta última por forma a utilizar o valor por metro quadrado a ser pago pela EP-Estradas de Portugal na ação interposta à Autarquia. Mais referiu que quando o Jumbo tinha sido construído, há mais de trinta anos, o Doutor Vieira de Carvalho ter-se-á comprometido a disponibilizar os terrenos e o Grupo Pão de Açúcar realizava o nó. Um dos proprietários dos terrenos não colaborou logo e a Câmara desenvolveu um processo de expropriação, com



publicação de edital. O proprietário do terreno em causa veio à Câmara dando nota que não queria ser expropriado e que doava o terreno. Mais tarde, por um dos herdeiros, foi colocada uma ação contra a Câmara Municipal, argumentando que a Câmara tinha ocupado o terreno com cerca de quatro mil metros – o nó - e que não tinha pago, querendo que o mesmo fosse destruído e que o terreno fosse restituído tal como estava originalmente. A Câmara Municipal não tinha documentos que comprovassem a doação. O Tribunal em relação à demolição da obra teria dito que não, mas em relação ao terreno, deu-lhes razão porque a Câmara não tinha prova de que o terreno tinha sido doado pelo pai do queixoso. A partir do momento em que tinha havido a sentença, a mesma não tinha definido o valor. Entretanto, o queixoso tinha vindo a exigir a execução, estando à espera de encontrar um valor de referência, nomeadamente na ação que tinha contra a EP.

O Senhor Vereador Paulo Sérgio Fernandes da Rocha mais falou sobre um processo contraordenacional movido pela ACT – Autoridade de Condições de Trabalho, questionando o que era que a Câmara Municipal, supostamente, tinha feito menos bem para aquele processo ter sido levantado. A questão não se prendia propriamente pelo valor, mas sim a razão para tal.

A Chefe da Divisão de Apoio Jurídico e Contencioso, Sónia Martins, prestou esclarecimentos de natureza técnica, referindo que se tratava do caso de um motorista da câmara municipal que foi parado pelas Autoridades e não tinha na viatura um documento, que seria obrigatória, com determinados registos das deslocações.

Foi tomado conhecimento.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea d) do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**2. Relatório síntese de conclusões – informação sobre a situação económica e financeira a trinta do seis de dois mil e vinte e três dos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Águas e Saneamento da Maia (SMAS da Maia)**



Foi tomado conhecimento.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**3. Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do primeiro semestre de dois mil e vinte e três – Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.**

Foi tomado conhecimento.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**4. Relatório de Gestão e Contas – primeiro semestre dois mil e vinte e três – Fundação Conservatório de Música da Maia, F.P.**

Foi tomado conhecimento.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**5. Relatório e Contas primeiro semestre dois mil e vinte e três – Maiambiente, E.M.**

Foi tomado conhecimento.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**6. Relatório e Contas primeiro semestre dois mil e vinte e três – Tecmaia – Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M.**

Foi tomado conhecimento.



Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas dezassete horas e quarenta e três minutos o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 5 (cinco) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 23 de outubro de 2023